

Auditor do TCE suspende pregão eletrônico da Secretaria de Segurança Pública do AM

O auditor do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Mário Filho, suspendeu licitação da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) para contratação de empresa para serviço de emissão de carteira de identidade. Impetrado pela empresa Akiyama S.A., o pedido de medida cautelar contém denúncias de supostas

irregularidades na condução do pregão que teriam causado a desclassificação da empresa. Segundo a empresa, além da desclassificação, o pregoeiro acabou classificando a empresa Thomas Greg, que teria sido investigada por prática de sobrepreço no estado do Mato Grosso, por valor global de R\$ 116 milhões, sem ampla publicidade do valor. A acusação fere, de

acordo com a empresa, o princípio da ampla publicidade de informação utilizada como critério de desclassificação da proposta. Ao decidir pela suspensão do certame, o auditor Mário Filho destacou que a justificativa dada pelo pregoeiro para a desclassificação da empresa Akiyama S.A. foi feita, a princípio, de forma genérica, sem demonstrar os dados em que se baseou, para considerar que o preço oferecido pela empresa é irrealizável.



Divulgação/TCE

Política

contato@d24am.com, redacao@diarioam.com.br siga-nos twitter.com/portald24am facebook.com/D24am
Diarioamazonas.com.br

SUPERIOR TRIBUNAL

RÉUS POR CAOS DA SAÚDE 'ENFRENTAM' JUSTIÇA

Crimes Estão marcadas para os meses de junho e julho, audiências no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para ouvir testemunhas do governador Wilson Lima e de demais réus em caso de desvio de milhões

Acusação O caso investiga o superfaturamento na compra de respiradores para o Governo do Amazonas

Reprodução/Facebook

Alisson Castro

Redacao@diarioam.com.br

Manaus

Os acusados pelo caos da Saúde no Amazonas, durante o ápice da pandemia da Covid-19, irão ficar frente a frente com a Justiça a partir do próximo mês. Está marcado para o período de 28 de junho a 1º de julho as audiências do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que pretende ouvir 112 testemunhas e 14 réus envolvidos

na Operação Sangria, entre eles o governador Wilson Lima, apontado como o chefe da organização criminosa pela Procuradoria Geral da República (PGR).

A decisão que definiu as oitivas foi marcada pelo ministro Francisco Falcão, na quinta-feira, 19. Na ocasião, o ministro determinou também que computadores da Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM) fossem periciados pela Polícia Federal, no prazo de cinco dias.

O caso investiga o superfaturamento na compra de respi-

radores para o Governo do Amazonas. Entre as testemunhas indicadas pelo governador Wilson Lima estão o secretário da Fazenda do Amazonas, Alex Del Giglio, o ex-procurador-geral do Amazonas, Jorge Henrique De Freitas Pinho e ainda mais seis nomes que serão ouvidos no STJ.

O juiz Leandro Cadenas Prado é quem vai presidir as audiências que serão realizadas na sede da PF no Amazonas, no horário de 9h30, durante o período estabelecido pelo ministro.

Na agenda, o primeiro dia, 28, o juiz deve ouvir 26 indicados pelos réus e, no dia seguinte, outros 19 depoimentos deverão ser colhidos por 6 envolvidos na operação.

Denúncia

Em dezembro, o STJ negou um recurso do governador Wilson Lima e mais 12 réus e manteve a decisão que tornou réu o chefe do Executivo do Estado por irregularidade na compra de ventiladores mecânicos por preços superfaturados. Em setembro do ano passado, o STJ

também tornou réus outras 13 pessoas, entre elas ex-secretários estaduais, servidores públicos e empresários.

Segundo a Procuradoria Geral da República (PGR), os crimes envolvendo o governador do Amazonas ocorreram na compra de 28 respiradores, cujo superfaturamento teria causado prejuízo de mais de R\$ 2 milhões aos cofres públicos. O preço de mercado de um respirador era cerca de R\$ 17 mil, mas os itens foram comprados pelo governo por mais de R\$ 100 mil, cada.